

**A DOCILIDADE IMAGÉTICA DO CORPO:
Memórias do negro nos anúncios do Diário da Bahia**

Túlio Henrique Pereira¹
Maria Helena Ochi Flexor²

Resumo: É a partir da época clássica que veremos o corpo como objeto e alvo de poder – corpo este manipulado ao longo da história das civilizações; treinado, ele obedece, responde, se torna hábil e assujeitado. Constituímos neste artigo um relato derivado de uma análise teórica multidisciplinar entre memória e história, em que expomos a docilidade à qual é submetido o corpo negro nos classificados do jornal Diário da Bahia correspondente aos anos de 1888 e 1900. É a partir de um campo interdisciplinar possibilitado pela história das mentalidades e dos postulados da História Nova, que foi possível ampliar a concepção de documento para a história, sendo possível compreender anúncios de jornais como documentos nutridos de memória e enxergar a ampla historicidade que estes nos oferecem no simples ato da observação. Tais documentos se convergem em nossa análise ora como conceito ora como categoria, fundamentais para a sistematização e análise de uma estética eleita e introjetada nos grupos sociais, em detrimento da pluralidade étnica de outros grupos raciais, muitas vezes depreciados, como no caso da estética negra. Partindo da ideia do sentimento de beleza como fenômeno flutuante, que apresenta no curso da história manifestações distintas e variáveis; pensamos como a arte, a história e a memória, opacizaram o universo plural dos conceitos de beleza variáveis e contextuais na constituição de uma memória coletiva que firmou um padrão performático responsável pela cristalização de medidas universais para a beleza e personificação de um corpo ideal não negro.

Palavras-chave: Beleza; Identidade Negra; Memória Coletiva; Memória Social; Estética Negra.

As teias do sujeito e sua posição no espaço histórico

Partimos do pressuposto de que o sujeito histórico e/ou sujeito pragmático se institui a partir de um lugar e seu reconhecimento comum advém de outros sujeitos no meio coletivo em que habita. Há a partir desta concepção o nascimento do eu, no qual coexistem suas mentalidades num entrecruzamento fenomenológico e ideal para com o

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campos de Vitória da Conquista). Bolsista Fapesb. E-mail: tulioh@pop.com.br

² Professora orientadora convidada pela PPG – Memória: Linguagem e Sociedade da UESB.

outro, marcando elos em bifurcação a tudo que entendemos como coletivo e individual. Portanto, teremos, além de um contradito cerceando o sujeito e seu espaço e/ou lugar de memória, (LE GOFF, 1994) “a emergência de um domínio repellido no ponto de junção do individual e do coletivo, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral”, em prol da constituição de discursos e subjetividades no campo das ideias, determinando, a partir da estrutura globalizante, as formas de pensar e de sentir dos pequenos grupos humanos.

Essas subjetividades também podem ser entendidas no sujeito como atos mentais³, ou neste caso como dispositivos que nos permitam lembrarmo-nos *o* e *do* sentir, seja a partir das representações, bem como dos juízos.

Os juízos por sua vez se estabelecem através de todas as práticas e saberes constituídos pelos grupos humanos em seus espaços. Hallet (1996) ao relacionar a sociedade e o indivíduo numa perspectiva histórica vai apontar o quão difícil se faz separar o sujeito de seu meio ou determinar a sua ordem de construção equiparando a individualidade (sujeito) à sociedade (saberes coletivos, verdade, juízos), em sua visão, inseparáveis ao considerar a complementaridade estabelecida entre um e o outro:

Logo que nascemos, o mundo começa a agir sobre nós e a transformar-nos de unidades meramente biológicas em unidades sociais. Todo ser humano em qualquer estágio da história ou da pré-história nasce numa sociedade e, desde seus primeiros anos, é moldado por essa sociedade. A língua que ele fala não é uma herança individual, mas uma aquisição social do grupo no qual ele cresce. Ambos, língua e meio, ajudam a determinar o caráter de seu pensamento; suas primeiras ideias são provenientes de outras (...) o indivíduo, desligado da sociedade, seria incapaz de falar e de pensar. (Hallet, 1996. pp.67-68)

Sem dúvida tal citação se trata de uma concepção baseada nos princípios durkheimianos a propósito das relações indivíduo-sociedade - conquanto na visão de Durkheim (2003), o social se faz antecessor ao individual, pois o princípio mor seria

³“Segundo Brentano, a natureza da mente é determinada por certo número de ‘atos’ mentais. Por ‘ato’ compreendia a ideia de que a mente é dirigida para certos tipos de objetos. Distinguiu três tipos de ‘atos’ dessa espécie – a representação, o juízo e o que chamava de ‘os fenômenos do amor e do ódio’”. Cf. HAMLIN, D. W. Uma história da Filosofia Ocidental: fenomenologia e movimentos correlatos: In. CHATELET, François. **Hegel**. Rio de Janeiro: Ed.Jorge Zahar. Trad. Ruy Jungmann, 1995. p.379.

lógico, portanto indedutível se partido do complexo para o simples, embora permitido a dedução do simples a partir do complexo.

O sujeito é inerente à sociedade, e essa se constitui de saberes acordados entre seus pares, verdades criadas e produzidas entre si, além da ética e dos juízos. Todos esses elementos se entrecruzam e fazem sentido *no* e para *o* sujeito, que utilizará dos mesmos mecanismos e práticas para estabelecer leis, padrões e a estética. Ao unirmos o elemento verdade, ética e o juízo, teremos a concomitância de um espaço, que embora virtual, se materializa por meio da sujeição e de suas representações. Porém ao acrescentarmos à lei e à estética incorremos ao caráter mnemônico, no qual, tais espaços se enraízam por meio da consciência coletiva determinada pela ideia do *continuuus*⁴. O continuum mnemonicamente abarcado pelo sujeito seria sua concepção de mundo, esse que o envolve e dá-lhe o sentido de sua existência. É importante frisar que sob o princípio da razão o mundo para o sujeito existe apenas como representação. Desse modo o mundo existe tão-somente para ele, pois ele é o espelho que lhe representa tornando-se perante o sujeito um objeto incalculável, embora finito (Schopenhauer, 2005). No entanto, o mundo se pode infinito, conquanto apenas em seu caráter mnemônico.

Ainda sob a égide do pensamento de Schopenhauer a separação do diferente e a unificação do idêntico seriam as conseqüências arbitrárias estabelecidas pelas verdades, leis, estética e todas as práticas e simbologias determinadas e ritualizadas mnemonicamente pelos sujeitos. Essas podem conduzir ao mundo como “minha vontade”, ou seja, a vontade de determinados grupos sociais. Vontade essa que irá construir no tempo e no espaço um corpo que seja sua mera representação e responsável por designar variadas representações a partir de si: visto, percebido e instituído como objeto de representação.

Cada um encontra-se a si mesmo como esse sujeito, todavia, somente na medida em que se conhece, não na medida em que é objeto do conhecimento [...] o corpo é objeto entre objetos e está submetido à lei deles, embora seja objeto imediato. (Schopenhaur, 2005, p. 45)

⁴ Contínuo (lat. *continuuus*: sem interrupção) 1. Tudo aquilo que constitui uma realidade ainda não dividida em partes distintas: o espaço, o tempo, o movimento. Cf. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 54).

Ao apresentarmos a ideia do semiólogo (Schopenhauer, 2005, p. 45) buscamos a interpretação da materialidade do sujeito no espaço histórico, pois “ao sujeito não cabe pluralidade nem seu oposto, unidade. Nunca o conhecemos, mas ele é justamente o que conhece, onde quer que haja conhecimento.” Desse modo intercalamos esse pensamento as concepções de Hall (2000) quanto à fragmentação e pluralidade dos modos de subjetivação e pertencimento a que se submetem tais “sujeitos inclassificáveis” identificados tão-somente por suas práticas flutuantes demarcadas nos grupos pelos quais estes transitam, gerando identidades.

O sujeito não se encontra no espaço nem no tempo, pois está inteiro e indiviso em cada ser que apresenta um único ser que representa: as múltiplas identidades que assume. De tal modo se todos os sujeitos desaparecessem “o mundo como representação não mais existiria porque a representação é fruto da representação humana”⁵. Assim onde começa o objeto terminaria o sujeito. Entretanto, ao contrário do sujeito que é determinado como inclassificável, o mundo é entendido como representação por se instituir como objeto analisável, este seria formado por duas partes que o torna visível: o espaço e o tempo, mediados pela pluralidade e/ou variações nas quais tal objeto pode incorrer estabelecendo variadas formas e constituintes.

É pelo caminho traçado pela inteireza de cada sujeito em sua multiplicidade identitária que realizamos a análise ao longo deste artigo, no qual testemunhamos rastros e traços materializados pela tinta impressa no jornal e os seus discursos fundadores sobre determinadas imagens e possíveis identidades dos sujeitos negros. O Diário da Bahia de fins do século XVIII é apresentado como documento nutrido da memória cotidiana de uma geração comum, ao mesmo tempo, contemporânea do sistema escravocrata e excludente. Na qual, testemunhas presenciavam na cidade do Salvador as marcas deixadas pelos infames, bem como às memórias delegadas a eles na iminência do Maio de 1888.

Nas páginas seguintes aportamos à representação de imagens denunciadoras de uma época e espaço, que nos dão ideias do ser negro, o transplantado da realidade do Império para as páginas do Diário da Bahia. Assim contrastando tais imagens às concepções e ideologizações acerca do belo e suas apresentações desde a Antiguidade

⁵ Schopenhauer, ibidem.

Clássica – como forma de contextualização histórica - ao longo da transição Império e República do Brasil até à memória coletiva responsável por unificar o negro em uma identidade esboçada em um Brasil contemporâneo idealmente democrático.

Retratos negros emoldurados *no e pelo* Diário da Bahia

Todas as atitudes públicas, performáticas ou ordenadamente acordadas popularmente, suscitaram, genericamente, em certo apagamento do sujeito negro da realidade, na maioria das vezes, este sujeito tratado de forma genérica e requisitado por sua estética entendida como feia, suja, amoral e subserviente, enquanto o sujeito possuidor de outro fenótipo tem ao longo do tempo reconhecimento por sua profissão e outras adjetivações qualitativas, além, é claro, de ter sempre estampado a imagem de rei/rainha, herói/heroína ou príncipe/princesa, salvando-se alguns casos em que tais heróis possuíam características consideradas curiosas, como no caso da estatura física pequena de Napoleão Bonaparte e do rei francês Luís XV ou mesmo da obesidade e falta de higiene do rei D. João VI, reiterando a afirmação de Milton Santos (ALVES, M. apud SANTOS, 2005, p. 36) ao dizer que “Quando se é negro, é evidentemente que não se pode ser outra coisa (...) porque a questão central é a humilhação cotidiana”. Diga-se a humilhação das correntes que lhe identifica como o escravo e o generaliza como tal, do cabelo considerado ruim por ser crespo, e da pobreza relativizada pela preguiça ou falta de interesse pelo desenvolvimento dignificante do ser civilizado.

Todos esses elementos presentes na memória coletiva de gerações contribuíram para reforçar um ideal de beleza que não assume a pluralidade negra encarando-a como sendo mantenedora de feiúra ou repulsa. Todavia, mais adiante, mostraremos que o corpo negro não foi sempre tratado como feio, mas sim construído como tal, especialmente a partir do evento da abolição oficial no Brasil.

Em geral as pessoas costumam, para designar o feio, opô-lo ao belo, e, ainda, que um estudo mais apurado possa conduzir a “uma espécie de autonomia do feio, que o transforma em algo mais rico e complexo que uma série de simples negações das várias formas de beleza” (GAMA-KHALIL apud ECO, 2008, p. 99)

De certo modo são essas representações, tomadas na atualidade como coletivas, que nos chama atenção para o modo com o qual foi construído o corpo negro e sua identidade unificada e inerente aos seus atributos físicos. Tais fenótipos, primeiramente, reconhecidos e disseminados pelos discursos embebidos nas teorias racistas e, segundo, legitimados através do acesso em massa aos primeiros livros de instrução educacionais, mídia escrita e, posteriormente do audiovisual, todos ocupados em modular comportamentos e construir gerações por meio de ideologias massificantes e teorias canônicas que se naturalizaram em prol de determinadas ordens e sistematizações sociais favorecendo o colonizador.

Muitas dessas teorias e sua difusão contribuíram ao longo de gerações, bem como contribuem como um suporte material no processo de construção da identidade humana e de seus grupos sociais, visando englobá-los através da identificação gerada pelas relações sociais, em sua maioria, identificáveis ao passo que tais sujeitos se encontram nas referências que lhes legitimam como sujeitos e os incorporam intermediados pelas semelhanças visadas.

Entretanto, o negro brasileiro, entendido por muitos como minoria, não participou ativamente das representações simbólicas na historiografia nacional, a não ser como o símbolo do escravo ou do pecado, de modo que suas referências simbólicas não alcançaram a imagem e um lugar edificante para as gerações pertencentes ao regime democrático no país. Tal acontecimento se deve senão pelo “fato de que quase todos os relatos históricos foram feitos por brancos, os quais, muitas vezes, sustentavam as versões que lhe interessavam” (ERMAKOFF, 2004, p. 14), senão pela incorporação dos sujeitos negros da aceitação de uma identidade corporal e mental entendida como inferior e, por isso, marginal à condição de civilidade, atribuída e determinada pelo gobbinismo e darwinismo social surgidos na Europa no século XVIII.

No entanto teremos nos séculos seguintes, especificamente no XX a reivindicação de alguns sujeitos em busca da visibilidade e do espaço para o corpo negro, conforme nos elucida Barbosa (2006):

No século XX, principalmente nas três últimas décadas, escritores autodefinidos negros e brasileiros, partícipes da construção do país, exigem a inscrição de seus corpos e de suas vozes como parte de sua textualidade cultural. As alternativas de auto-representação são

fundamentais para a participação atuante do afro-brasileiro, uma vez que as práticas econômicas ou culturais “dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo (BARBOSA apud HUNT, 2006, p. 54)

O corpo negro que se estabelece em determinadas publicações historico-discursivas requer não somente a sua apresentação, mas também o reconhecimento de sua estética plural e oposta às propostas canônicas acerca dos padrões que estabelecem as formas que determinam o belo. Ciente de que,

o homem reage à forma, superfície e massa do que se lhe apresenta aos sentidos, e certas distribuições na proporção da forma, da superfície e da massa dos objetos tem como resultado sensação agradável, enquanto a falta de distribuição acarreta indiferença ou mesmo desconforto (sic) positivo e revulsão. O sentimento de relações agradáveis constitui o sentimento de beleza; o sentimento oposto representa o da fealdade. (READ, 1978, p. 20)

Embora vivamos em acordo para identificarmos nossa estética, lugar e espaço no universo representativo do mundo humano, não podemos limitar o conceito nem a ideia de beleza, simplesmente, por meio da concepção grega que atravessou pela tradição clássica européia⁶, determinando padrões métricos e formas preestabelecidas. Sem dúvida o corpo negro transcenderia tais metragens e corromperia padrões baseados em uma sociedade caucasiana com traços finos, pelos lisos e abundantes, e estaturas medianas: o povo da Grécia e posteriormente de Roma. Por isso concordamos com um “sentimento de beleza como fenômeno muito flutuante, apresentando no curso da

⁶ A idéia de belo em determinados padrões geométricos influenciou os artistas da Renascença. Ao retratar faces humanas, eles tinham o cuidado de fazer com que o comprimento das orelhas e o do nariz fossem iguais. Os ideais helênicos, seguidos pelos renascentistas e gerados na Grécia Antiga, traziam o conceito de número áureo, uma fórmula matemática criada para definir a harmonia na proporção das figuras. Essa fórmula deveria ser usada tanto em esculturas de figuras humanas quanto em projetos arquitetônicos. Os gregos acreditavam que determinadas proporções na natureza eram mais belas do que outras. Cortando uma linha de tal modo que a proporção entre o pedaço menor (x) e o pedaço maior (Y) seja igual à que existe entre o pedaço maior (y) e o todo (z), eles chegaram à chamada proporção áurea. Essa medida pode ter sido inspirada no corpo humano, já que a distância entre o umbigo e os pés e entre o umbigo e a cabeça segue essa mesma proporção. É provável que a proporção áurea tenha sido inspirada nas medidas do corpo humano e de outras formas da natureza - em uma linha traçada paralela ao corpo a distância entre o umbigo e os pés e entre o umbigo e a cabeça segue essas medidas.

história manifestações muito incertas e por vêzes (sic) muito desconcertantes” (READ, 1978, p. 20).

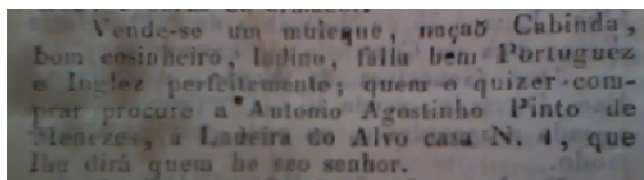
É importante entendermos a ideia de belo como uma construção subjetiva estabelecida em um espaço-temporal flutuante, observando seu contexto e suas referências objetivas, tais como, os objetos que lhe determina. As manifestações genuínas acordadas entre sujeitos de determinadas regiões e períodos, incluindo suas manifestações culturais e políticas. Ou seja, se na Grécia, onde existia uma população majoritariamente caucasiana, constituiriam os gregos um ideal de beleza baseado nos traços comuns de seus sujeitos, que em acordo formulariam um padrão de si em *sua vontade*, também na China o belo se estabeleceria respeitando as memórias acordadas pelos chineses de seu ideal de beleza, que não escaparia a subjetividade do seu povo.

Igualmente na África e em outros continentes e países, tal ideal de beleza, respeitaria o *continuuus* mnemônico de suas culturas, suas odes e devir. O belo na África não deve e nem pode ser o belo da Grécia, e este último não tem consonância alguma com o belo chinês. Portanto a concepção de um padrão universal de belo é colocada insistentemente em cheque ao longo da história, o que será violentamente desrespeitado na transitoriedade do Império para a República brasileira.

O ódio do colonizador defronte sua derrota e reconhecimento de sua violência perante o ser colonizado – digam-se índios e negros africanos no Brasil – faz brotar um sentimento de repulsa e exclusão daquele que não pode mais servi-lo e reivindica o direito de ir-e-vir conforme tinha o sujeito branco. Esse por sua vez inicia uma batalha na posse daquilo que ele considera ser de seu pertencimento, como o engenho, os cafezais, o comércio e, por que não as cidades e todos os seus espaços urbanos. Diante de tal desejo de aniquilação o negro recebe do branco - responsável por todos esses bens materiais, além de autoridade simbólica - o lugar do renegado, do sujo, feio e do imprestável. Doente e mal cheiroso serão ao longo do tempo adjetivações que transcenderão gerações a fim de impossibilitar que o ex “escravo” compartilhe futuramente do mesmo direito do então “senhor”, que embora permita a convivência comum entre ambos, vê sentido nela apenas quando o negro se porta como subserviente, posicionando-se em “seu lugar” de a-humano.

Todavia esse contexto está inerente ao processo de expansão marítima encabeçado pelos europeus, e o modo com que se estabeleceram a colonização desses povos em terras, até então desconhecidas, embora já habitadas por seu povo nativo. Tais processos de colonização, em uma visão um tanto marxista, assumiam um significado de verdade autônoma, remodelando a linguagem do colonizado, seus modos de percepção e compreensão do espaço, fazendo com que ele estabeleça seus parâmetros baseado-se na essência e/ou realidade do colonizador, tendo este como aparência legítima. Contudo, tal percepção se encerra no conjunto da relação condicionada a um grupo, e nunca é entendida de forma universal.

O Brasil nessa conjuntura é bastante singular, pois tem historicamente a estética social determinada pelas relações de produção, responsáveis pela organização e posição das classes socioeconômicas na geografia e macroestrutura nacionais. Embora miticamente tais estruturas não excluíssem uma concepção pluralizada do belo, que não florescia exclusivamente às representações europeizadas ou canônicas, estendendo-se as impressões do corpo negro, conforme exemplificado



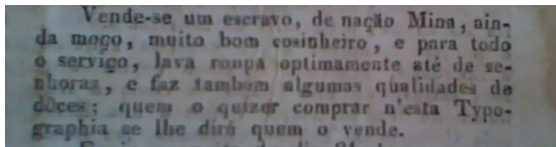
Vende-se um muleque, nação Cabinda, bom cosinheiro, ladino, falla bem Portuguez e Inguez perfeitamente; quem o quizer comprar procure a Antonio Agostinho Pinto de Menezes, a Ladeira do Alvo casa N. 4, que lhe dirá quem He seo senhor.

Fig. 1 O Guaycuru. Salvador, BA 26 de maio de 1846, p. 4 - Anno 4/N. 198

abaixo:

Fugio em 29 de Abril um preto de nome Francisco, Nagôu, Signaes no rosto q' muito pouco se percebem, estatura regular, côr preta, cheio de corpo, tem a pelle áspera por causa de umas sarnas, que teve e ainda conserva as pernas, pés pequenos inchados, bonito de cara, beiços grossos, orelhas pequenas, tem o cabelo corrido, hê barbado, quem o achar ou der noticias delle a sua Senhora D. Jacinta Maria Teixeira da Silva na Saulo, Casa N, 77, será bem recompensado.

Fig. 2 O Guaycuru. Salvador, BA 26 de maio de 1846, p. 4 - Anno 4/N. 198



Vende-se um escravo, de nação Mina, ainda moço, muito bom cosinheiro, e para todo o serviço, lava roupa optimamente até de senhoras, e faz também algumas qualidades de doces; quem o quizer comprar na' esta Typographia se lhe dirá quem vende.

Fig. 3 Jornal da Tarde, Salvador, BA, 22 de julho de 1853, p. 4 – 1º Anno/N. 63

Vê-se nos três recortes citados as descrições grosseiras dos fenótipos negros como o beijo grosso e, em uma série de outros recortes não inseridos aqui, a imagem grotesca de algumas de suas feições. Vale-nos a importância da delimitação das nações a que cada negro pertencia. Então elucidamos a questão: se cada negro veio de uma nação africana distinta, trazendo consigo sinais de sua etnia, quando e como se deu o apagamento destas? Uma questão para se pensar posteriormente ao longo da trajetória completa na qual esse artigo se insere.

Finalmente o que pensar da descrição de um corpo cujas marcas denunciam a relação estabelecida entre diferentes grupos étnicos fundamentados por teorias responsáveis por legitimar a exploração e a imposição entre humanos. Além, é claro, de criar um ideal “universal” para leis, códigos, estética e saberes, baseando-se unicamente em suas subjetividades e impondo ser o feio o oposto de suas feições européias, e, por isso, o tratando de forma intolerante e opacizada.

Referências bibliográficas

- ALVES, Míriam. As vozes e seu tempo, In (org.) SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 31-47.
- BARBOSA, Márcio. Texto, cor e histórias, In. SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 51-70.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- ERMAKOFF, George. **O negro na fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004.
- GAMA-KHALIL, Marisa Martins. O espaço do fantástico como leitor das diferenças sociais: uma leitura de “O homem cuja orelha cresceu”, In (org.) **O eixo e a roda**, Belo Horizonte nº 17, 2008. p, 89-102.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz da Silva, Guaracira Louro, 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HALLET, Carr, Edward. **O que é história**. Trad. Lúcia Maurício de Alverga. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HAMLIN, D. W. Uma historia da Filosofia Ocidental: fenomenologia e movimentos correlatos: In. CHATELET, François. **Hegel**. Rio de Janeiro/ Ed.Jorge Zahar. Trad. Ruy Jungmann, 1995. p, 379.
- Japiassú, Hilton, e Danilo Marcondes. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LE GOFF, Jacques. Memória, In: **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- READ, Hebert. **O sentido da arte: esboço da história da e das bases dos julgamentos estéticos**. São Paulo: IBRASA, 1978.
- SCHOPENHAUER, Arthur. Do mundo como representação, In. **O mundo como vontade e como representação**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.